

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 917.698 PERNAMBUCO

RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL FEDERAL
RECDO.(A/S) : MARIA DE FATIMA DE ARAUJO E SILVA
PIMENTEL
ADV.(A/S) : JOSÉ CARLOS ALMEIDA JUNIOR E OUTRO(A/S)

DECISÃO: Trata-se de agravo cujo objeto é a decisão que inadmitiu recurso extraordinário interposto em face da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais de Pernambuco, assim ementado:

“PREVIDENCIÁRIO. CÁLCULO DA RMI. APOSENTADORIA POR TEMPO E CONTRIBUIÇÃO. PROFESSOR. FATOR PREVIDENCIÁRIO. AFASTAMENTO. RECURSO DO PARTICULAR PROVIDO.” (eDOC 7, p. 1)

No recurso extraordinário, interposto com base no art. 102, III, “a”, da Constituição Federal, aponta-se ofensa aos arts. 5º, XXXVI; 201, § 8º, do Texto Constitucional, bem como ao art. 165, XX da Constituição de 1967, com redação dada pela EC 18/81.

Nas razões recursais, sustenta-se a impossibilidade de conversão do tempo de serviço especial em comum depois do advento da EC 18/81 (eDOC 9, p. 2).

A Presidência da Segunda Turma Recursal de Pernambuco inadmitiu o recurso, em decorrência da impossibilidade de análise de legislação infraconstitucional na via extraordinária.

É o relatório. Decido.

A irresignação não merece prosperar.

Inicialmente, verifica-se que as questões referentes à violação dos dispositivos constitucionais apontados, não foram objeto de debate no acórdão recorrido. Falta-lhes, pois, o indispensável prequestionamento, conforme previsto na Súmula 282 e 356 do STF.

Mesmo que assim não fosse, constata-se que as razões recursais estão dissociadas dos fundamentos do acórdão recorrido, o que torna

ARE 917698 / PE

aplicável ao caso a Súmula 284 desta Corte.

Isso porque a Turma Recursal somente afastou a aplicação do fator previdenciário no cômputo da RMI do professor aposentado por tempo de contribuição, ao passo que o presente apelo extremo discorre sobre a impossibilidade de reconhecer como especial a atividade de magistério após o advento da Emenda Constitucional nº 18/81.

Confirmam-se, a propósito, os seguintes julgados de ambas as Turmas desta Corte:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. 1. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 284 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 2. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA CONSTITUCIONAL INDIRETA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 280 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. (ARE 652247 AgR, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Primeira Turma, DJe 10.10.2011)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE DO APELO EXTREMO. SÚMULA 284 DO STF. NECESSIDADE DE REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 279 DO STF. OFENSA INDIRETA. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. I O recorrente não impugnou especificadamente os fundamentos do acórdão recorrido. Inviável, portanto, o recurso extraordinário, a teor da Súmula 284 do STF. Para se chegar à conclusão contrária à adotada pelo acórdão impugnado, seria necessário o exame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 279 do STF, bem como a análise de normas infraconstitucionais, sendo certo que a ofensa à Lei Maior, se ocorrente, seria apenas indireta. - Agravo regimental a que se nega provimento. (RE 718.234-AgR/RS, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Segunda

ARE 917698 / PE

Turma, DJe 9.12.2013).

Ante o exposto, conheço do agravo para negar seguimento ao recurso extraordinário, nos termos dos arts. 544, § 4º, II, “b”, CPC, e 21, §1º, RISTF.

Publique-se.

Brasília, 09 de outubro de 2015.

Ministro **EDSON FACHIN**

Relator

Documento assinado digitalmente